

PAULUS ENCERRA O CICLO ANUAL DO MONITORAMENTO NACIONAL DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DIREITO E CIDADANIA

O SERVIÇO DE MONITORAMENTO GERA RESULTADOS POSITIVOS QUE ENVOLVEM A APROXIMAÇÃO COM OS PARCEIROS, O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS ENTRE AS CRIANÇAS E OS SEUS FAMILIARES, ALÉM DE CONSOLIDAR A PAULUS COMO REFERÊNCIA NOS TRABALHOS COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

A resolução do Conselho Nacional de Assistência Social n. 027, de 2011, caracteriza a necessidade do monitoramento como elemento componente das atividades de Assistência Social realizadas por uma entidade atuante no Assessoramento, como é o caso da PAULUS. Entretanto, não

é apenas essa indicação que leva a PAULUS a realizar anualmente o monitoramento nacional das atividades do Programa Direito e Cidadania (PDEC); ele também acontece orientado pela percepção de sua necessidade como momento de ampliação da própria dinâmica do Programa.



Foto: iStock

| O PROCESSO

Depois da entrega dos livros e da formação realizada com os orientadores sociais atuantes nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o monitoramento encerra o ciclo anual do Programa. Inicialmente, o foco principal da pesquisa realizada eram as atividades desenvolvidas a partir do kit de livros distribuído pelo PDEC.

“Lá no início, fazíamos uma entrevista com os orientadores quando visitávamos as instituições. Durante essas visitas, tínhamos contato com as crianças e adolescentes através de apresentações dos percursos e atividades feitas a partir do material”, declara Elisandra Oliveira, coordenadora do Programa.

O contato com o cotidiano nos SCFV e os diversos resultados produzidos pela aplicação do Programa levaram à percepção de que a conversa com os

orientadores não era o suficiente para realizar uma coleta de dados apropriada acerca dos efeitos observáveis. A atual configuração dessa etapa se construiu a partir de observações realizadas durante o modelo inicial, que tinha como metodologia a entrevista com os orientadores: “Então nós começamos a pensar em realizar uma entrevista direta com as crianças, focada nas vivências delas e no seu cotidiano de convivência familiar, comunitária e expectativas de futuro, que sempre haviam sido temas bastante presentes nos percursos ligados ao kit de livros distribuído pelo PDEC. Durante as visitas e as conversas, acabávamos tendo contato com as crianças e com suas produções; daí surgiu a ideia e as condições para ouvi-las diretamente. Foi uma escolha para melhorar e construir as edições seguintes com base naquilo que ouvimos destas crianças”, diz Elisandra.

I O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA

A estrutura da entrevista, hoje realizada a partir de um questionário composto por trinta perguntas, foi sendo amadurecida progressivamente ao longo dos anos. Um dos objetivos da atual estrutura é verificar, a partir de uma metodologia bem-construída, as relações de vínculo e convivência elaboradas pelas crianças que recebem os livros do Programa.

“A convivência é o componente da nossa atuação na Política de Assistência Social, já que ela é o resultado principal dentro do Serviço de Convivência. Quando vamos até uma instituição, nós olhamos para a convivência por ser isso o que se espera encontrar como principal resultado do trabalho ali realizado”, explica Aurimar Pacheco, coordenador do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social, que é responsável pela execução das ações de Assessoramento da PAULUS.

Ele complementa a explicação com outros motivos pelos quais a avaliação de indicadores de convivência é a principal referência norteadora do monitoramento: “Além disso, como o Programa Direito e Cidadania é a nossa maior oferta na Assistência Social (onde mais se investe, além de ser a mais antiga), ele tem por definição trabalhar com a convivência por ter foco nos SCFV. Então direcionamos tudo para isso, com o texto dos livros, com a formação, sempre dando enfoque a esse tema”. Também se faz presente uma orientação mais par-

ticular para a escolha desse recorte de pesquisa: “A gente também acredita que a convivência é um patamar mínimo para construir outro tipo de relação na sociedade, a partir dessa criança que está nos Serviços de Convivência”, conclui.

Através das entrevistas, é possível obter indicadores que dimensionem a dinâmica da relação das crianças com seus familiares e vizinhança. Esses indicadores atuam como principal base para o avanço na busca pelos resultados ambiciosos pelo monitoramento. “Observando esse contato com as crianças nós construímos as perguntas que identificam esse lastro de convivência, seja na família ou na comunidade. Quando você pergunta à criança, por exemplo, que objeto lhe chama a atenção na casa em que vive, e ela cita um porta-retratos com a foto da família, você percebe uma das características do vínculo. Durante as entrevistas, eles não limitam às respostas, e sim sempre as expandem, “viajam”... Aí

você consegue perceber diversas coisas: eles puxam o convívio com os avós, quem convive na casa, se os pais são presentes ou não. As perguntas são gatilhos para “puxar” outras coisas, assim como perguntar de quais brincadeiras a criança mais gosta. Nas respostas sempre aparece algo relacionado à dinâmica de convivência. Você consegue, a partir disso, dar forma a esses aspectos de convivência e vínculo com família”, sinaliza Elisandra.

“ A convivência é o componente da nossa atuação na Política de Assistência Social. ”



RESULTADOS

O primeiro período de amostragem, que será compilado a fim de ter seus resultados publicados, foi encerrado no primeiro semestre de 2018, tendo como referência os impactos dos kits do Programa Direito e Cidadania dos anos de 2015, 2016 e 2017. As pesquisas foram realizadas por amostragem em todas as regiões do país, ocorrendo nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco, Pará, Paraíba e Mato Grosso. Essa análise foi elaborada para atender a uma demanda que transcende a necessidade de observar internamente os efeitos do PDEC. Conforme aponta Aurimar, existe também um elemento acadêmico: “Desse ponto de vista você observa a convivência também como um tema a ser resgatado e observado, não só pela Assistência Social, mas pelas Ciências Humanas como um todo”, afirma.

O estudo sistematizado deste complexo objeto de pesquisa permite que se obtenha não somente uma compreensão mais cuidadosa das particularidades estruturais componentes das relações de vínculos. Ao dimensioná-lo através de indicadores, Aurimar sugere a existência de um processo de retroalimentação que afeta aqueles que atuam nos Serviços de Convivência: “Eu acho que as pessoas clamam isso num SCFV; elas buscam uma razão de ser para o serviço. Elas querem entender claramente algo que se insira nesse discurso pragmático. Então, quando respondemos [a essa demanda] com um estudo sobre a convivência, damos forma a algo para ser colocado em um lugar que antes estava vazio. Por mais que às vezes ainda seja meio incompreensível, essa pesquisa cria algo com alguma substância para balizar esta linha de pensamento”, enfatiza.

Outro elemento observado, ainda que incidentalmente, é a construção dos percursos de convivência nos SCFV. Apesar de utilizar livros como referência, o Programa Direito e Cidadania não tem como premissa o incentivo à leitura, mas a construção de pontes e histórias que permitam aos orientadores sociais elaborar percursos formativos com os atendidos – percursos que despertem o desejo de refletir ativamente a sua relação com toda a dimensão social que os permeia.

Buscando afastar-se do modelo de “oficinas formativas”, os percursos são uma ferramenta utilizada pelos Serviços para garantir o fortalecimento de vínculos. São construções coletivas e descentralizadas, com participação ativa das crianças e adolescentes na elaboração dos seus aspectos e dos temas a serem discutidos no seu transcorrer.

A aplicação qualificada dos percursos no cotidiano de um SCFV fortalece não apenas a relação entre os atendidos, mas também entre o próprio Serviço e o Território no qual está instalado: “Se o SUS tem um posto de saúde, quanto mais médicos esse posto tem, mais a população confia nele. O SCFV é o posto de saúde da Assistência Social: quanto mais Programas e Projetos tem, mais cresce a possibilidade de ele ser referenciado pela população. O PDEC é mais um Programa com foco evidente na construção dos percursos. Quanto mais esses Serviços tiverem noção efetiva da presença desse programa, maior é a dimensão que ele ganha como referência”, diz Aurimar.

Por se referenciar em um objeto físico (o kit de livros) para a aplicação de sua metodologia, o Programa também tem uma difusão acidental para além dos limites do Serviço de Convivência: “Pelos relatos que a ouvimos durante o monitoramento, conseguimos ter uma ideia de quanto esse material é replicado, levando a outras pessoas tanto o tema da convivência como os temas discutidos pelos livros”, diz Aurimar.

“ O Programa Direito e Cidadania tem como premissa a construção de pontes e histórias que permitam aos orientadores sociais elaborar percursos formativos com os atendidos. ”

Como o enfoque do monitoramento é a convivência em si, os livros são um ponto breve de questionamento durante a entrevista. Entretanto, apesar do questionamento pontual, as respostas sempre são vastas e repercutem diretamente na estruturação do Programa. “O Monitoramento também permite entender o interesse que o material gera,

seja puramente pelo elemento estético, seja pelo tema, seja pela capacidade que ele tem de ser um reforço nas atividades desenvolvidas pelo SCFV”, cita Aurimar, compartilhando um exemplo de como o monitoramento influencia a construção do PDEC: “A própria embalagem atual dos livros é um resultado disso. Antes utilizávamos uma sacola plástica, mas, depois de ouvir mais de uma vez sobre os efeitos negativos disso, mudamos para o modelo atual, de tecido. A gente tem pistas concretas de como os parceiros recebem isso, o que nos ajuda a melhorar os materiais e os temas abordados”.

Também é verificado como o uso do kit se alinhou com as propostas levantadas durante o processo de formação. Conforme ilustra Elisandra, “a gente pergunta sobre os livros para descobrir de que modo os temas propostos como eixo estrutural realmente estão sendo abordados, afinal, se o usuário cita que gostou de algum dos dois livros principais é porque eles foram trabalhados; normalmente, os que mais agradam são aqueles com abordagem mais específica, alguma atividade, algum percurso. Se o livro não é lido e discutido no SCFV, é mais difícil que ele seja o foco de interesse”, diz.

É comum também que as impressões acerca do cotidiano do público, obtidas durante o monitoramento, também tenham impacto sobre a escolha e construção dos temas para os livros do ano seguinte. O livro *Conectados*, de Nicholay V. Marques, distribuído no kit de 2018, foi elaborado justamente ao notar o papel cada vez mais importante do uso das novas tecnologias por crianças e adolescentes. Essas obras são sempre extremamente bem-recebidas: “Se em uma escala de ‘rejeição’, observamos que é mínima. Ninguém reclama do material ou da forma como a gente trabalha com ele hoje em dia”, pontua Aurimar.

Por fim, é interessante reparar que o monitoramento, elaborado para mensurar efeitos, gera por si

uma nova gama de resultados; o maior dele, a aproximação com as parcerias.

“Conforme visitamos várias vezes os mesmos municípios e instituições, vai crescendo o nível de confiança que se tem pelo nosso trabalho. Isso aliado à constante melhora na qualidade e no conteúdo do material entregue. Assim, a cada ano aumenta bastante o nível de referência a PAULUS alcança como um todo”, sinaliza Aurimar. Elisandra complementa, apontando a alegria de muitas entidades

“ O monitoramento, elaborado para mensurar efeitos, gera por si uma nova gama de resultados, o maior dele, a aproximação com as parcerias. ”

parceiras ao receber as visitas: “Eles se sentem muito bem ao receber a visita da PAULUS. Geralmente, pedimos ao parceiro principal para fazer essa articulação e, com isso, se fortalece a relação com a rede. Somos sempre recebidos com uma ótima acolhida e costumam pedir retorno, justamente para ter uma avaliação sobre como está se desenvolvendo a pesquisa, a fim de que eles possam aprimorar o próprio trabalho”.

Elisandra conclui, sintetizando a importância dessa etapa final: “O mais importante é o contato com as crianças e adolescentes. É a partir disso que conseguimos sentir o efeito do programa. Na formação, a gente sempre observa que os formadores gostam e ficam cheios de ideias, mas é preciso ver como aquilo vai ser aplicado no SCFV. O público final do programa são as crianças, e essa é a oportunidade para ter contato direto com esse público e mensurar o que está faltando, o que pode ser melhorado, o que é abordado, além de saber se eles gostaram do material. A gente sempre consegue, a partir do monitoramento, construir algo para o ano seguinte”, finaliza Elisandra.



Foto: Demilson Castro